

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Josiel de Melo Silva

**COMO ERA O DIA A DIA DOS ESCRAVIZADOS EM TERRAS TERESINENSES  
ENTRE OS ANOS DE 1850 A 1888**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado (a) em História.**

Orientador (a): Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho

TERESINA-PIAUÍ  
2025

**COMO ERA O DIA A DIA DOS ESCRAVIZADOS EM TERRAS TERESINENSES  
ENTRE OS ANOS DE 1850 A 1888**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado (a) em História.

Aprovada em: 03/12/2025

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. (a) Dr. Alcebíades Costa Filho – Presidente da Banca

Prof. (a) Dr. Sergio Romualdo Lima Brandim - Membro da Banca

M.<sup>a</sup> Amara Prysciliana Brandão da S Ferreira - Membro da Banca

TERESINA-PIAUÍ  
2025

S586c Silva, Josiel de Melo.

Como era o dia a dia dos escravizados em Terras  
teresinenses entre os anos de 1850 á 1888 / Josiel de Melo  
Silva. - 2025. 41f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em  
História,

Centro de Ciências e Letras Humanas - CCHL da Universidade  
Estadual do Piauí, 2026.

"Orientador: Prof. Dr. Alcebiádes Costa Filho".

1. Escravizados. 2. Teresina. 3. Cotidiano. I. Filho,

Alcebiádes Costa . II. Título.

CDD

907

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI  
ANA ANGELICA PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3ª/1217

## RESUMO

Este trabalho analisa o cotidiano dos indivíduos escravizados na cidade de Teresina, capital da Província do Piauí, durante o período de 1850 a 1888. A pesquisa investiga as diversas facetas da vida escrava no ambiente urbano recém-estabelecido, desde as formas de trabalho impostas, que variavam entre as obras de construção da nova capital, o labor agrícola nas suas cercanias e os serviços domésticos, até as complexas relações sociais, as estratégias de sobrevivência e as manifestações de resistência. Utilizando uma metodologia baseada na análise de fontes primárias, como jornais da época (*O Echo Liberal*, *O Expectador*, *A Pátria*, *A Imprensa*) e listas de classificação de escravos, e em diálogo com uma historiografia consolidada sobre a escravidão no Brasil e no Piauí, busca-se compreender como os escravizados vivenciaram e negociaram sua existência num contexto de profundas transformações sociais e urbanas. A análise dos anúncios de jornais revela não apenas a coisificação do ser humano escravizado, mas também as táticas de controle senhorial, as fugas como forma de resistência e os meandros do processo abolicionista local. O estudo visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada da experiência escrava em Teresina, destacando a agência desses sujeitos históricos e as particularidades da escravidão em um centro urbano em formação no Nordeste brasileiro durante o século XIX.

**Palavras-chave:** Escravidão Urbana, Cotidiano Escravo, Teresina Oitocentista, História do Piauí, Resistência Escrava.

## ABSTRACT

This study analyzes the daily lives of enslaved individuals in the city of Teresina, the capital of the Province of Piauí, from 1850 to 1888. The research investigates the various facets of slave life in the newly established urban environment, from the imposed forms of labor—ranging from construction work in the new capital, agricultural labor in its surroundings, and domestic services—to complex social relations, survival strategies, and manifestations of resistance. Using a methodology based on the analysis of primary sources, such as period newspapers (*O Echo Liberal*, *O Expectador*, *A Pátria*, *A Imprensa*) and slave classification lists, and in dialogue with a consolidated historiography on slavery in Brazil and Piauí, this work seeks to understand how enslaved people experienced and negotiated their existence in a context of profound social and urban transformations. The analysis of newspaper advertisements reveals not only the reification of the enslaved human being but also the tactics of masterly control, escapes as a form of resistance, and the intricacies of the local abolitionist process. The study aims to contribute to a deeper understanding of the slave experience in Teresina, highlighting the agency of these historical subjects and the particularities of slavery in a developing urban center in Northeastern Brazil during the 19th century.

**Keywords:** Urban Slavery, Daily Slave Life, 19th Century Teresina, History of Piauí, Slave Resistance.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela minha vida e por me ajudar a chegar até em meio as lutas e provas diárias que passei.

A minha mãe, Cecília Caetano de Melo Silva que nas horas mais difíceis sempre me incentivou a não desistir e que sempre fez de tudo para que eu colocasse a educação como prioridade na minha vida e por ser um exemplo de vida, fé e superação.

Aos meus filhos, Benny Qadash e Christian Lucca que mesmo sem saberem foram minhas maiores fontes de forças para vencer os obstáculos ao longo dessa jornada.

Aos meus professores que deram uma contribuição importante na construção do meu alicerce para este trabalho ao longo de todo curso e em especial ao meu orientador Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho pela dedicação e compreensão durante este projeto.

Ao Arquivo Público do Estado Piauí por ter cedido suas instalações e material para pesquisa onde sem o mesmo seria quase que impossível a realização desse trabalho, pois grande parte da leitura foi feita com os livros lá encontrados e além dos jornais digitados inseridos neste projeto e das listas de escravos que apesar do difícil manuseio foram de suma importância.

Por fim a todos que direta ou indiretamente participaram dessa caminhada a todos o meu muito obrigado

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO 1: ESCRAVIDÃO NO BRASIL E NO PIAUÍ: FUNDAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS E CONTEXTUAIS.....	12
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA DA PESQUISA: FONTES E CAMINHOS PARA DESVENDAR O COTIDIANO ESCRAVO .....	22
CAPÍTULO 3: O TRABALHO ESCRAVO EM TERESINA: SUSTENTÁCULO DA NOVA CAPITAL .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

## INTRODUÇÃO

Esta monografia se dedica ao estudo do cotidiano da população escravizada na cidade de Teresina, capital da Província do Piauí, entre os anos de 1850 e 1888. O recorte temporal abrange desde o período de instalação da nova capital até a abolição formal da escravidão no Brasil. O objetivo é investigar as experiências vividas por homens, mulheres e crianças submetidos ao regime escravista em um espaço urbano ainda em formação, evidenciando como esse contexto influenciou as relações sociais, os tipos de trabalho e as manifestações de resistência dos cativos.

A questão central que norteia esta investigação é: de que forma se estruturava o dia a dia dos escravizados em Teresina durante o período citado, levando em consideração suas atividades laborais, laços sociais, estratégias de resistência e as especificidades da cidade enquanto centro urbano. A intenção é ir além de generalizações sobre a escravidão, aprofundando a análise sobre a vivência escrava na chamada "Chapada do Corisco", nome simbólico dado à capital piauiense.

Compreender a escravidão urbana em Teresina exige atenção às particularidades da cidade no século XIX. A capital recém-transferida de Oeiras demandava ampla força de trabalho para sua construção e funcionamento. A presença de escravizados em atividades como obras públicas, agricultura de subsistência e serviços domésticos foi determinante para esse processo. Dessa forma, o estudo também busca compreender como os cativos construíram espaços de autonomia, redes de solidariedade e formas culturais que lhes permitiam, mesmo diante da opressão, resistir e afirmar sua humanidade.

A escravidão, desde os tempos coloniais, constituiu-se como base estruturante da sociedade brasileira. Os colonizadores, conforme aponta Monsenhor Chaves (1994, p. 5), necessitavam de força de trabalho para suas atividades, o que inicialmente levou à escravização dos povos indígenas. Com o tempo, fatores como a resistência indígena, a atuação dos jesuítas (CHAVES, 1994) e o declínio populacional nativo abriram espaço para a predominância da escravização africana. Segundo Brandão (1999, p. 116), a guerra contra os povos originários contribuiu para o cativo de indígenas sobreviventes. Miridan Knox (1986) também sugere que o uso de mão de obra africana foi uma forma de inserir o Piauí no sistema colonial mais amplo.

A dinâmica do tráfico de escravos e o uso sistemático dessa força de trabalho marcaram profundamente a estrutura econômica, social e cultural do país. Poetas como Castro Alves, em sua obra "Navio Negreiro" (2014), denunciaram a brutalidade dessa realidade. Ainda assim, a



experiência da escravidão variava de acordo com o contexto: rural ou urbano, região, atividade exercida e período histórico. A escravidão em ambientes urbanos – como o de Teresina – apresentava características singulares, como maior mobilidade e possibilidades de interação social e de obtenção da liberdade, fatores que serão analisados neste trabalho.

A escolha deste tema justifica-se, primeiramente, pela persistência das sequelas da escravidão na sociedade brasileira contemporânea. Mais de um século após a abolição formal, ainda nos deparamos com desigualdades raciais profundas, discriminação e, alarmantemente, com situações análogas à escravidão, como os casos mencionados no projeto original em Bento Gonçalves (RS) e na própria Teresina (PI) em 2023. Refletir sobre o trabalho escravo no século XIX, suas formas e suas consequências, é um exercício necessário para compreender as raízes históricas dessas mazelas e para fomentar uma consciência crítica sobre a urgência de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, onde, como defende Avishai Margalit (1996), os sujeitos não se humilhem mutuamente.

Do ponto de vista pessoal, e ecoando a noção de "lugar de fala" proposta por Djamila Ribeiro (2017), a pesquisa emerge de um interesse em aprofundar o conhecimento sobre as experiências dos afrodescendentes que, mesmo não tendo vivenciado diretamente o cativeiro, carregam em sua história e identidade as marcas desse passado. Investigar a relação entre os escravizados e a cidade de Teresina em seus primórdios é uma forma de resgatar memórias e dar voz a um segmento populacional que, por muito tempo, foi silenciado pela historiografia tradicional.

Academicamente, a relevância desta pesquisa reside na possibilidade de contribuir para os estudos sobre a escravidão urbana no Piauí, com foco específico em sua capital. Embora existam trabalhos de fôlego sobre a escravidão no estado, como os de Miridan Falci (1995), Tanya Brandão (1999), Solimar Oliveira (2005), Monsenhor Chaves (1998), Luiz Mott (2010) e Odilon Nunes (2007), muitos se concentram no contexto mais amplo da província ou em realidades rurais. Este estudo busca dialogar com essas produções, mas direcionando o olhar para as particularidades do cotidiano escravo em Teresina, seguindo a trilha de pesquisadores como Mairton Celestino (2008), que investigou o modo de vida do negro escravizado no perímetro urbano da capital. A análise detalhada de fontes primárias, como os jornais locais, permitirá lançar novas luzes sobre as

dinâmicas sociais, as formas de trabalho, as estratégias de resistência e o processo abolicionista na cidade.

Socialmente, esta monografia visa oferecer à sociedade teresinense, e piauiense de modo geral, um conhecimento mais aprofundado sobre a participação fundamental dos escravizados na construção da sua capital e na formação da sua identidade. Ao trazer à tona as vivências, os sofrimentos, mas também a resiliência e a agência desse grupo, espera-se contribuir para a valorização da história e da cultura afro-brasileira e para o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação que ainda persistem.

Analisar o cotidiano dos indivíduos escravizados no ambiente urbano de Teresina-PI, desde a instalação da capital em 1852 até a abolição da escravatura em 1888, investigando suas condições de vida, formas de trabalho, relações sociais e estratégias de resistência e também:

- Identificar e caracterizar as diversas formas de trabalho exercidas pela população escrava em Teresina, abrangendo desde os serviços em obras públicas e construções, passando pelo trabalho agrícola nos arredores, até os afazeres domésticos e ofícios especializados.
- Analisar, através dos anúncios e notícias veiculados em jornais da época, as representações sociais sobre o escravizado, as práticas de controle senhorial, os episódios de fuga e captura, e as manifestações do processo abolicionista na nova capital do Piauí.
- Investigar os espaços de sociabilidade, as manifestações culturais e as diferentes formas de resistência (individuais e coletivas, veladas e explícitas) desenvolvidas pelos escravizados em Teresina como estratégias de enfrentamento e negociação diante do sistema escravista.
- Compreender como se deram as relações entre escravizados, senhores, libertos e a população livre pobre no contexto urbano de Teresina, identificando possíveis tensões, conflitos e alianças.
- Contextualizar o processo de abolição da escravidão em Teresina, examinando o impacto das leis emancipacionistas e as iniciativas locais que culminaram com o fim do cativeiro na cidade.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se valerá de uma abordagem metodológica eminentemente qualitativa, ancorada na pesquisa histórica documental e bibliográfica. As fontes primárias constituirão o alicerce da investigação, com destaque para os jornais que circulavam em Teresina na segunda metade do século XIX, tais como "O Echo Liberal", "O Expectador", "A Pátria" e "A Imprensa". Esses periódicos são ricos em anúncios de venda, aluguel e fuga de escravos, notícias sobre o cotidiano da cidade, debates sobre a questão servil e registros do movimento abolicionista, oferecendo um panorama vívido da época.

Além dos jornais, buscar-se-á consultar, no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) e em outras instituições de guarda documental, outros tipos de manuscritos e impressos relevantes, como inventários post-mortem, testamentos, processos criminais envolvendo escravizados, registros paroquiais e, fundamentalmente, as listas de classificação de escravos, como as já mencionadas no projeto original (1874-1877), que fornecem dados demográficos e ocupacionais valiosos.

A análise dessas fontes será pautada pela crítica documental, buscando interpretar as informações à luz do contexto histórico e social em que foram produzidas, atentando para as intencionalidades, os silêncios e as entrelinhas dos discursos.

Paralelamente, a pesquisa se apoiará em uma extensa revisão bibliográfica, dialogando com a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil e no Piauí. Obras de autores clássicos e contemporâneos, como os já citados Gilberto Freyre, Monsenhor Chaves, Tanya Brandão, Miridan Falci, Sidney Chalhoub, Jacob Gorender, Mairton Celestino, entre outros, fornecerão o embasamento teórico e conceitual necessário para a interpretação dos dados e a construção da narrativa histórica.

Por fim, as **Considerações Finais** retomarão os principais achados da pesquisa, buscando responder ao problema proposto, e apresentarão reflexões sobre o legado da escravidão e sugestões para estudos futuros.

## **CAPÍTULO 1: ESCRAVIDÃO NO BRASIL E NO PIAUÍ: FUNDAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS E CONTEXTUAIS**

Este capítulo tem como objetivo fornecer o alicerce teórico e contextual necessário para a compreensão do cotidiano dos escravizados em Teresina entre 1850 e 1888. Para tanto, iniciaremos com uma abordagem sobre a instituição da escravidão no Brasil, desde suas primeiras manifestações no período colonial até sua consolidação e crise no Império. Em seguida, mergulharemos nos debates historiográficos que permearam e ainda permeiam os estudos sobre a escravidão, destacando as diferentes perspectivas sobre o papel e a agência do escravizado. Posteriormente, direcionaremos nosso foco para as particularidades da escravidão na Província do Piauí, dialogando com os principais estudos sobre o tema na região. Por fim, contextualizaremos o surgimento de Teresina como a nova capital e o cenário urbano específico onde se desenvolverá a análise central desta monografia.

A escravidão foi uma instituição central na formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil, estendendo-se por mais de três séculos. Sua implementação e manutenção foram cruciais para os empreendimentos coloniais portugueses e, posteriormente, para a sustentação do Império brasileiro. Compreender suas bases e transformações é fundamental para analisar qualquer aspecto da vida dos escravizados.

A primeira forma de trabalho compulsório utilizada pelos colonizadores portugueses em terras brasileiras foi a escravidão indígena. A necessidade de mão de obra para a exploração do pau-brasil e, posteriormente, para as primeiras lavouras de cana-de-açúcar levou à captura e subjogação de diversas etnias nativas. Monsenhor Chaves (1994, p. 5) ressalta que "os portugueses precisavam de braços que trabalhassem para eles e os indígenas estavam ao alcance da mão". Essa prática, contudo, enfrentou diversos obstáculos. A resistência indígena, manifestada em fugas, revoltas e na recusa ao trabalho sistemático imposto, foi um fator constante. Além disso, as doenças trazidas pelos europeus dizimaram grande parte da população nativa, tornando-a uma fonte de trabalho cada vez mais escassa.

Outro elemento crucial nesse processo foi a atuação de ordens religiosas, como a Companhia de Jesus. Os jesuítas, embora não se opusessem à exploração do trabalho indígena em si, defendiam a sua catequização e "administração" em aldeamentos, o que gerava conflitos com os colonos, que

desejavam o controle direto sobre essa mão de obra. Chaves (1994, p. 6) menciona que os jesuítas "criavam obstáculos e importunavam as autoridades na colônia portuguesa", dificultando a escravização indiscriminada dos nativos. Tanya Brandão (1999, p. 116) descreve a "guerra feita ao elemento nativo" que, ao mesmo tempo que promovia a "limpeza da região" através da expulsão e eliminação de tribos, permitia a redução dos sobreviventes ao cativeiro, muitos dos quais eram comercializados em outras capitanias.

Diante dessas dificuldades – resistência indígena, declínio demográfico, conflitos com os jesuítas e a crescente demanda por trabalhadores nas lavouras de exportação – os olhares dos colonizadores e comerciantes voltaram-se para a África. O tráfico transatlântico de africanos escravizados já era uma atividade lucrativa, explorada por diversas nações europeias, e apresentava-se como uma solução mais "viável" e "rentável" para os empreendimentos coloniais no Brasil. Segundo Chaves (1994, p. 6), "então os portugueses voltaram suas vistas para África, celeiro inesgotável de escravos negro, onde já os precedera, no infame comércio, romano, holandeses e inglês, para abastecer o mercado da velha Europa e América". Miridan Knox (1986), ao analisar o Piauí, sugere que essa transição da mão de obra indígena para a africana foi também uma forma de integrar a região à economia colonial mais ampla, que se estruturava em torno do comércio atlântico.

Assim, a partir do final do século XVI e, de forma mais intensa, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, milhões de africanos de diversas etnias, culturas e regiões foram brutalmente arrancados de suas terras e transportados para o Brasil em condições desumanas, como retratado na literatura por Castro Alves (2014). Essa diáspora forçada constituiu a base da mão de obra em praticamente todas as atividades econômicas relevantes do período colonial e imperial, desde os engenhos de açúcar no Nordeste, passando pela mineração em Minas Gerais, até as fazendas de café no Sudeste.

O sistema escravocrata brasileiro consolidou-se como um complexo arranjo econômico, social e jurídico que garantia a exploração do trabalho escravo e a manutenção da ordem senhorial. Economicamente, a escravidão foi o motor de ciclos produtivos que inseriram o Brasil na economia-mundo capitalista como fornecedor de produtos primários. A rentabilidade da produção de açúcar, tabaco, algodão, café, entre outros, dependia intrinsecamente da disponibilidade de mão

de obra cativa, que não recebia salário e cujas condições de vida eram mantidas no mínimo necessário para a sua reprodução e continuidade do trabalho. Gilberto Freyre (2006) destaca a ligação umbilical entre as riquezas do Brasil e o trabalho escravo, seja "ora no açúcar ora no café".

Socialmente, a escravidão gerou uma sociedade profundamente hierarquizada e desigual, marcada pela polarização entre senhores e escravos. A cor da pele tornou-se um marcador social fundamental, associando a negritude à condição escrava e a branquitude à liberdade e ao poder. No topo dessa pirâmide social estavam os grandes proprietários de terras e de escravos, que detinham o poder político e econômico. Abaixo deles, havia uma camada de homens livres pobres, brancos, mestiços e negros libertos, que muitas vezes competiam ou coexistiam com os escravizados no mercado de trabalho. Na base, encontrava-se a imensa maioria da população escravizada, privada de direitos e submetida à vontade de seus senhores.

A legislação que regulamentava a escravidão no Brasil era ambígua e, em grande medida, favorável aos interesses senhoriais. As Ordenações Filipinas, código legal português que vigorou no Brasil por um longo período, consideravam o escravo como uma propriedade, um bem semovente que podia ser comprado, vendido, alugado, doado, penhorado ou transmitido por herança. Jacob Gorender (2018) enfatiza essa característica ao afirmar que "os homens escravizados eram considerados coisas, bens de seu senhor". Apesar disso, a legislação também reconhecia, ainda que de forma limitada, certos "direitos" aos escravos, como o de formar pecúlio (pequena poupança), o de comprar a alforria (liberdade) e, em tese, o de não sofrer castigos excessivamente cruéis. Na prática, contudo, a aplicação dessas nuances legais era rara e dependia largamente da vontade do senhor e da dinâmica social local. O poder senhorial era quase absoluto dentro dos limites de suas propriedades, e a violência física era uma ferramenta constante para garantir a submissão e a produtividade dos cativos. Como descreve Chaves (1988, p. 190), houve uma fase em que "[...] imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono de doentes e velhos. Esta fase enche todo o período colonial [...]".

Apesar da brutalidade do sistema, é importante notar que a escravidão não foi uma instituição estática. Ela se transformou ao longo do tempo e variou consideravelmente de acordo com a região, o tipo de atividade econômica e o contexto urbano ou rural. A escravidão nas cidades,

por exemplo, como será explorado em Teresina, podia oferecer aos escravizados diferentes oportunidades de trabalho, maior mobilidade e interação social, e, por vezes, mais chances de obter a alforria, quando comparada à escravidão nas grandes plantations.

O estudo da escravidão no Brasil tem sido marcado por intensos debates e diferentes abordagens historiográficas ao longo do tempo. A forma como o escravizado foi retratado e compreendido pelos historiadores evoluiu significativamente, refletindo não apenas o avanço das pesquisas, mas também as transformações sociais e políticas do país.

Por um longo período, a historiografia tradicional tendeu a retratar o escravizado predominantemente como uma vítima passiva do sistema, um mero objeto ou "coisa" nas mãos de seus senhores, destituído de agência e capacidade de influenciar o seu próprio destino. Essa perspectiva, muitas vezes, enfatizava a brutalidade da escravidão e a completa desumanização do cativo. Como mencionado anteriormente, Gorender (2018) aponta que "os homens escravizados eram considerados coisas, bens de seu senhor". Essa visão, embora denunciasse os horrores do sistema, acabava por obscurecer as complexas experiências e as diversas formas de ação dos próprios escravizados.

A partir da segunda metade do século XX, e com mais intensidade a partir da década de 1980, como aponta Sidney Chalhoub (2009) em seu artigo "Sujeito no imaginário acadêmico: Escravos e trabalhadores desde a década de 1980", houve uma significativa virada historiográfica. Os pesquisadores passaram a questionar essa visão passiva e a buscar as múltiplas formas pelas quais os escravizados resistiram, negociaram, construíram laços sociais, familiares e culturais, e, em suma, atuaram como sujeitos históricos. Essa nova perspectiva não nega a violência e a opressão inerentes à escravidão, mas busca compreender como, mesmo sob condições extremamente adversas, os cativos encontraram maneiras de afirmar sua humanidade e de lutar por espaços de autonomia e liberdade.

Essa mudança de paradigma abriu caminho para estudos sobre a cultura escrava, as irmandades religiosas de negros, as formas de resistência cotidiana (como o corpo mole, o ritmo lento no trabalho, pequenos furtos), as fugas, a formação de quilombos, e as complexas negociações que ocorriam entre senhores e escravos. O escravizado deixou de ser visto apenas

como uma peça na engrenagem econômica para ser compreendido como um ator social com suas próprias estratégias, anseios e visões de mundo.

Gilberto Freyre, com sua obra seminal "Casa-Grande & Senzala" (publicada originalmente em 1933), ocupa um lugar central e controverso na historiografia da escravidão brasileira. Freyre foi um dos pioneiros ao deslocar o foco da análise das instituições para as relações sociais e culturais, enfatizando a miscigenação e a interpenetração cultural entre portugueses, indígenas e africanos na formação da sociedade brasileira. Ele buscou humanizar a figura do escravo, retirando-o da invisibilidade e mostrando sua importância na constituição da família patriarcal e dos costumes brasileiros. Em sua visão, o escravo não era apenas uma força de trabalho, mas também "pessoa da casa" (FREYRE, 2006, p. 435), integrado, ainda que de forma assimétrica, à vida doméstica e social da casa-grande.

Freyre descreveu um sistema escravista que, embora reconhecesse a existência de crueldade – como os "casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes" (FREYRE, 2006, p. 421) – teria sido, em sua perspectiva, relativamente benigno em comparação com outros sistemas escravistas, especialmente no sul dos Estados Unidos. Ele argumentou que "a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, quase vida de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses [...]" (FREYRE, 1964 [1922], p. 98). Essa interpretação contribuiu para a construção do mito da "democracia racial" no Brasil, a ideia de que o país teria vivenciado uma convivência harmoniosa entre as raças, com pouca ou nenhuma discriminação racial.

As teses de Freyre foram e continuam sendo alvo de intensas críticas, especialmente por parte de historiadores e sociólogos que apontam para a minimização da violência e da exploração inerentes ao sistema escravista e para o mascaramento do racismo estrutural na sociedade brasileira. No entanto, sua obra é reconhecida por ter inaugurado uma nova forma de olhar para a história social e cultural do Brasil, valorizando a contribuição africana e abrindo caminho para estudos mais aprofundados sobre as relações interétnicas e o cotidiano da escravidão. Para os propósitos desta monografia, é importante analisar criticamente seus escritos, reconhecendo tanto suas contribuições para a compreensão da complexidade das relações senhor-escravo quanto as limitações de sua perspectiva sobre a natureza da escravidão.



A partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionada por novas abordagens teóricas e metodológicas, e em diálogo com movimentos sociais, a "nova história da escravidão" (ou "nova historiografia da escravidão") consolidou a visão do escravizado como agente de sua própria história. Pesquisadores como Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Sidney Chalhoub, João José Reis, Silvia Lara, Hebe Mattos, entre muitos outros, passaram a investigar com maior profundidade as experiências dos cativos, suas estratégias de sobrevivência, suas formas de organização social e cultural, e suas múltiplas manifestações de resistência.

Essa corrente historiográfica enfatiza que a escravidão não foi um sistema monolítico e que as respostas dos escravizados a ele foram diversas e complexas. A resistência não se limitou a grandes revoltas ou à formação de quilombos, mas incluiu também ações cotidianas, como a sabotagem do trabalho, a preservação de práticas culturais e religiosas de origem africana, a formação de laços familiares e comunitários, a negociação de melhores condições de trabalho ou de tratamento, e a busca pela alforria por meios legais ou pela compra.

A cultura escrava passou a ser vista não como uma simples imitação da cultura senhorial ou como uma mera sobrevivência de traços africanos, mas como uma criação original e dinâmica, resultante do encontro e da ressignificação de diferentes tradições culturais em solo brasileiro. As irmandades religiosas, os batuques, as danças, as práticas de cura, as línguas crioulas e as narrativas orais são exemplos dessa rica produção cultural.

Ao focar na agência dos escravizados, a nova história da escravidão não pretende negar a opressão e a violência do sistema, mas sim mostrar que, mesmo sob o jugo do cativo, os africanos e seus descendentes não foram meros objetos passivos, mas sujeitos que lutaram, sonharam, amaram, criaram e deixaram um legado fundamental para a formação da sociedade brasileira. É sob essa perspectiva que este trabalho buscará analisar o cotidiano dos escravizados em Teresina.

A Província do Piauí, inserida no contexto mais amplo do Nordeste brasileiro, apresentou particularidades em relação à instituição da escravidão, moldadas por sua geografia, sua estrutura econômica predominantemente voltada para a pecuária e agricultura de subsistência, e seu processo de ocupação e desenvolvimento.

Diferentemente das zonas da mata nordestina, onde a escravidão esteve massivamente ligada às grandes lavouras de cana-de-açúcar em regime de plantation, no sertão piauiense a escravidão assumiu contornos distintos. A pecuária extensiva, principal atividade econômica da região por um longo período, demandava um tipo de mão de obra diferente daquela empregada nos engenhos. Os escravos vaqueiros, por exemplo, possuíam maior mobilidade e, por vezes, uma relação de maior confiança e autonomia com seus senhores, embora isso não significasse ausência de exploração ou violência.

A agricultura no Piauí, em grande parte voltada para a subsistência e para o abastecimento do mercado interno, também empregou mão de obra escrava, mas frequentemente em unidades produtivas menores e com uma diversidade de culturas. Isso podia implicar em relações de trabalho e de controle social diferentes daquelas encontradas nas grandes monoculturas de exportação. A dispersão populacional e a vastidão do território sertanejo também influenciavam as formas de controle e as possibilidades de fuga e formação de quilombos.

É importante ressaltar que, mesmo com essas particularidades, a escravidão no Piauí não foi menos brutal ou opressora. Os escravizados na província estavam sujeitos às mesmas arbitrariedades, castigos e privações que caracterizavam o sistema em outras partes do Brasil. A diferença residia mais nas formas de organização do trabalho e nas dinâmicas sociais específicas do contexto sertanejo.

Diversos pesquisadores dedicaram-se a desvendar a história da escravidão no Piauí, contribuindo significativamente para a compreensão de suas especificidades. Monsenhor Joaquim Chaves, em obras como "A Escravidão no Piauí" (1994, 1988), foi um dos pioneiros a sistematizar informações sobre o tema, abordando desde a escravidão indígena até o processo abolicionista na província. Seus trabalhos, embora marcados pela perspectiva de sua época, reúnem dados valiosos e narrativas importantes.

Tanya Brandão, em "O Escravo na Formação Social do Piauí: Perspectiva Histórica do Século XVIII" (1999), aprofunda a análise sobre o período colonial, investigando a inserção do escravo africano na estrutura socioeconômica piauiense, com foco no século XVIII. Sua pesquisa

destaca o papel da mão de obra escrava na pecuária, na agricultura e nas atividades urbanas incipientes.

Miridan Falci Knox (posteriormente Miridan Falci), em "Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais: Piauí 1826-1888" (1995), oferece um estudo demográfico e social detalhado sobre a escravidão no Piauí durante o século XIX, período que abrange o recorte temporal desta monografia. Sua análise sobre as listas de classificação de escravos, as formas de trabalho e as relações sociais no sertão é fundamental para contextualizar a experiência escrava na província.

Outros autores como Solimar Oliveira Lima, Luiz Mott e Odilon Nunes também trouxeram contribuições relevantes para diferentes aspectos da escravidão e da presença negra no Piauí, abordando temas como família escrava, resistência, cultura e o período pós-abolição. A obra de Mairton Celestino da Silva (2008), "Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX", é particularmente importante para este estudo, pois foca especificamente no ambiente urbano de Teresina e nas experiências culturais e de controle social dos negros na capital. O diálogo com esses e outros estudos será crucial para embasar a análise do cotidiano dos escravizados em Teresina.

O período delimitado por esta pesquisa, 1850 a 1888, coincide com um momento de profundas transformações para a Província do Piauí: a transferência de sua capital e a consolidação de um novo centro urbano, Teresina. Esse processo teve implicações diretas para a população escravizada, que foi mobilizada para construir e servir à nova cidade.

Até 1852, a capital da Província do Piauí era a cidade de Oeiras, localizada no sertão. No entanto, a posição geográfica de Oeiras, distante dos rios navegáveis e com dificuldades de comunicação e abastecimento, começou a ser questionada. A ideia de transferir a capital para um local mais estratégico, que facilitasse o comércio e o desenvolvimento da província, ganhou força em meados do século XIX.

O conselheiro José Antônio Saraiva, então presidente da Província, foi o grande artífice dessa mudança. Após estudos e viagens de reconhecimento, a Vila Nova do Poti, situada na confluência dos rios Parnaíba e Poti, foi escolhida para sediar a nova capital. Como narra A. Tito

Filho, citado no projeto de pesquisa, "A resolução nº 315, de 21 de julho [de 1852], transferiu a capital de Oeiras para a vila Nova do Poti, que na mesma lei, passou a chamar TERESINA, homenagem a imperatriz reinante, Teresa Cristina, mulher de Pedro II". Monsenhor Fortes (ANO, p. 13, conforme citado no projeto) detalha a viagem de Saraiva em 1850 para conhecer a Vila do Poti, evidenciando o planejamento por trás da decisão.

A fundação de Teresina representou um marco no desenvolvimento do Piauí. A nova capital, com seu traçado planejado em formato de tabuleiro de xadrez, simbolizava a modernidade e a busca pelo progresso. Sua localização privilegiada, às margens de dois importantes rios, prometia facilitar as comunicações e o escoamento da produção. No entanto, a construção de uma cidade a partir do zero demandava um esforço hercúleo e, crucialmente, uma grande quantidade de mão de obra.

A edificação de Teresina contou intensamente com o trabalho de indivíduos escravizados.

Eles foram empregados na abertura de ruas, na construção de prédios públicos (como o palácio do governo, igrejas, quartéis), residências particulares, pontes e em todas as tarefas necessárias para dar forma à nova capital. Como aponta Mairton Silva (2008), citado no projeto, os escravos eram "Responsáveis pelo carregamento de pedras e madeiras para as construções de prédios e residências da cidade".

Muitos desses escravizados foram transferidos de Oeiras e de outras regiões da província, incluindo aqueles pertencentes às fazendas nacionais, para trabalhar nas obras públicas. Além do trabalho na construção civil, os escravizados em Teresina também desempenhavam uma variedade de outras funções essenciais para o funcionamento da cidade: trabalhavam na agricultura de subsistência nos arredores, garantindo o abastecimento alimentar; atuavam como domésticos nas casas das famílias mais abastadas; exerciam ofícios como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, costureiras; e eram utilizados como carregadores e em outros serviços urbanos.

As listas de classificação de escravos do período (1874-1877), mencionadas no projeto de pesquisa, indicam que, mesmo em um ambiente urbano, uma parcela significativa dos escravizados em Teresina ainda estava ligada à agricultura (65,2%), mas também havia um contingente considerável em ofícios (13,7%) e serviços domésticos (13,6%). Essa diversidade de ocupações é uma característica da escravidão urbana e será explorada em detalhe no Capítulo 3.

O poder público, ciente da necessidade de fixar essa mão de obra na nova capital, chegou a disponibilizar terras para que os escravizados cultivassem roças, complementando sua alimentação e, ao mesmo tempo, mantendo-os sob controle (SILVA, 2008). Esse arranjo, no entanto, também impunha uma dupla jornada de trabalho a esses indivíduos, intensificando sua exploração.

Compreender o contexto da fundação de Teresina e o papel central da mão de obra escrava em sua construção e desenvolvimento inicial é, portanto, fundamental para analisar o cotidiano desses homens e mulheres que, com seu suor e sofrimento, ajudaram a erguer a capital piauiense. O ambiente urbano, com suas dinâmicas próprias, oferecia tanto novas formas de exploração quanto, potencialmente, novos espaços de negociação, sociabilidade e resistência, aspectos que serão o foco dos próximos capítulos.

## **CAPÍTULO 2: METODOLOGIA DA PESQUISA: FONTES E CAMINHOS PARA DESVENDAR O COTIDIANO ESCRAVO**

Para reconstruir e analisar o cotidiano dos escravizados em Teresina entre 1850 e 1888, esta pesquisa se fundamenta em uma abordagem metodológica que combina a pesquisa histórica documental com a análise qualitativa dos dados coletados, em constante diálogo com a produção historiográfica pertinente. Este capítulo detalha os caminhos metodológicos trilhados, desde a escolha da abordagem e das fontes até os procedimentos de coleta e análise, bem como as limitações inerentes ao estudo.

A natureza do objeto desta pesquisa – o cotidiano, as experiências e a agência de indivíduos escravizados – demanda uma abordagem predominantemente qualitativa. Este enfoque permite uma imersão mais profunda nas fontes, buscando não apenas quantificar fenômenos, mas principalmente compreender os significados, as relações sociais, as tensões e as estratégias que permeavam a vida dos cativos em Teresina. A pesquisa histórica, neste sentido, não se limita a uma mera compilação de fatos, mas envolve a interpretação crítica dos vestígios do passado, buscando dar sentido aos fragmentos de informação disponíveis.

Conforme Marc Bloch (2001), o historiador trabalha com "pistas", com os traços deixados pelos homens do passado. Assim, a investigação do cotidiano escravo em Teresina se pautará pela busca e análise minuciosa dessas pistas, tentando reconstruir, ainda que parcialmente, as vivências de um grupo social frequentemente silenciado nas narrativas históricas tradicionais. A perspectiva adotada alinha-se com a "nova história da escravidão", que valoriza a micro-história, as experiências individuais e coletivas, e a capacidade de agência dos sujeitos históricos, mesmo em contextos de extrema opressão.

As fontes primárias constituem a matéria-prima essencial desta investigação, pois são os testemunhos mais diretos, embora sempre mediados e fragmentados, do período estudado. A seleção e a análise crítica dessas fontes são etapas cruciais para a construção do conhecimento histórico.

Os jornais que circulavam em Teresina durante a segunda metade do século XIX representam uma fonte privilegiada para este estudo. Periódicos como "O Echo Liberal", "O

Expectador", "A Pátria" e "A Imprensa", mencionados no projeto original, funcionavam não apenas como veículos de notícias, mas também como espaços de debate, de manifestação de opiniões e, crucialmente, de veiculação de anúncios que revelam aspectos importantes da vida social e econômica da época, incluindo a escravidão.

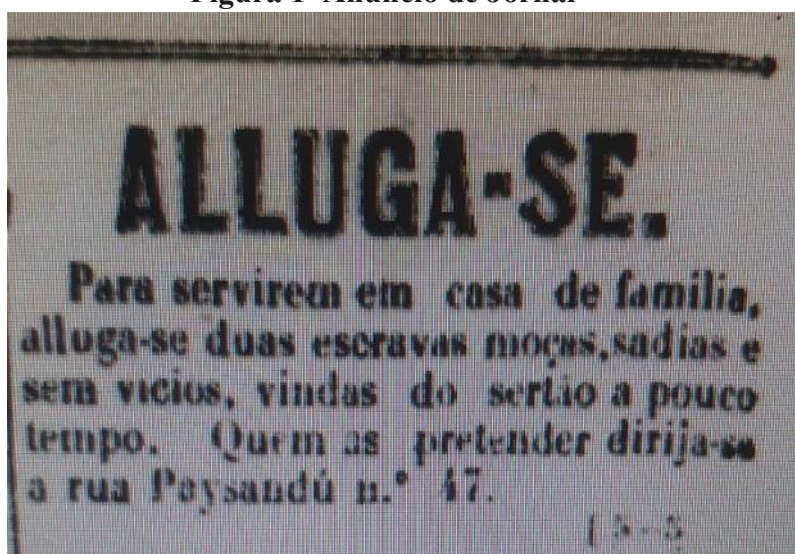
Como salienta Tânia de Luca (2005), a imprensa periódica é um "lugar de memória" e um "arquivo da vida social", refletindo, ainda que de forma seletiva e intencional, os valores, as preocupações e as tensões da sociedade em que circula. Para esta pesquisa, os jornais serão explorados como fontes para:

- Identificar representações sobre os escravizados: Como eram descritos? Quais estereótipos eram veiculados?
- Investigar o comércio de escravos: Como se davam as vendas e os aluguéis? Quais características eram valorizadas?
- Acompanhar o processo abolicionista local: Quais debates ocorriam nas páginas dos jornais? Como eram noticiadas as leis emancipacionistas e as ações de sociedades abolicionistas?
- Identificar alforrias: Como eram anunciadas as cartas de liberdade? Eram gratuitas, condicionais, compradas?

Os anúncios classificados constituem uma seção particularmente rica dos jornais oitocentistas. Neles, a "coisificação" do ser humano escravizado, como apontado por Gorender (2018), torna-se explícita. Os anúncios de **venda** detalhavam características físicas, habilidades, "vícios" e "virtudes" dos escravizados, tratando-os como mercadorias. Os anúncios de **aluguel** revelam a prática de senhores que obtinham renda alugando os serviços de seus cativos para terceiros, evidenciando a flexibilidade do trabalho escravo urbano.



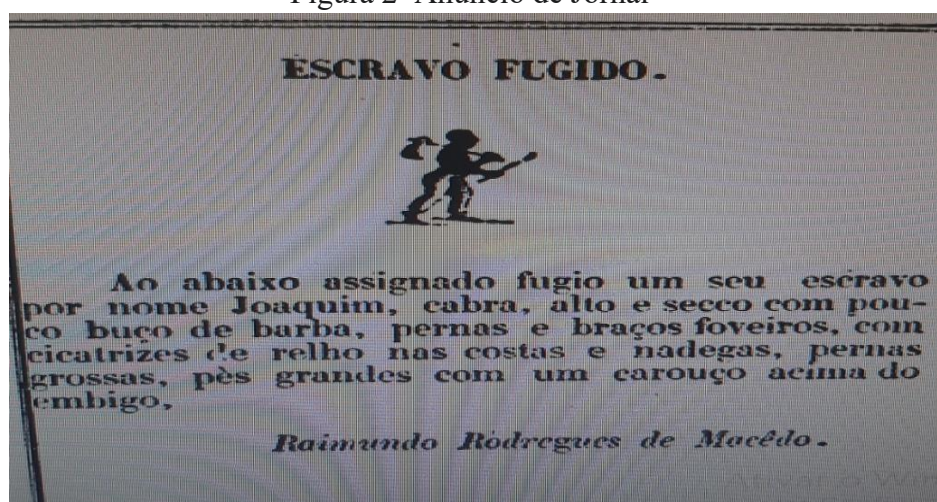
Figura 1- Anúncio de Jornal



Fonte: Jornal A Pátria 5 de agosto de 1870

Os anúncios de fuga são especialmente significativos, pois, paradoxalmente, dão voz à resistência escrava. Ao descreverem os fugitivos, os senhores, sem o pretender, forneciam informações preciosas sobre esses indivíduos: nomes, idades aproximadas, origens (quando conhecidas), sinais particulares, habilidades e, por vezes, as circunstâncias da fuga. Esses anúncios, como os ilustrados no projeto de pesquisa (Figuras 1 e 2, com as fugas de Joaquim e Francisco), são testemunhos da constante luta pela liberdade.

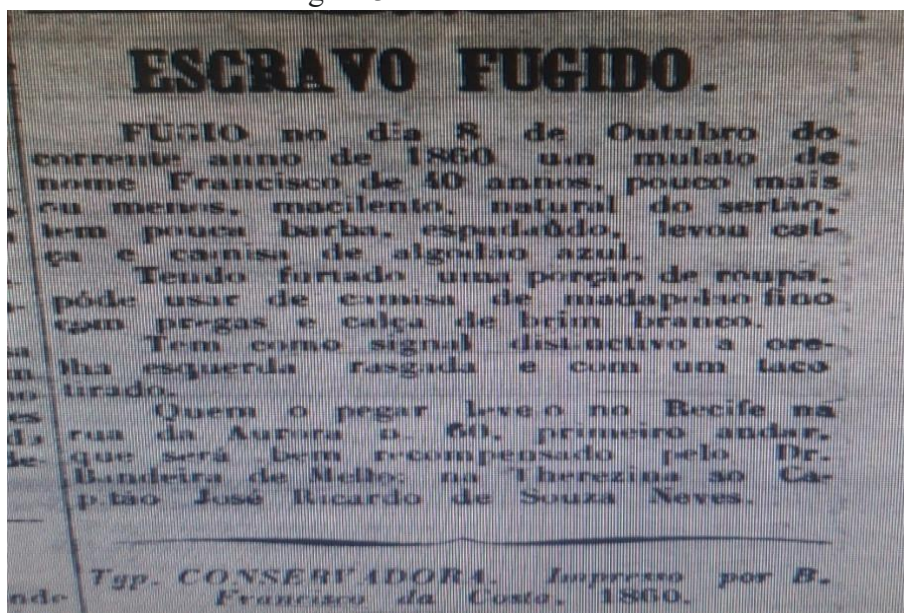
Figura 2- Anúncio de Jornal



Fonte: Jornal Echo liberal 24 de junho de 1852



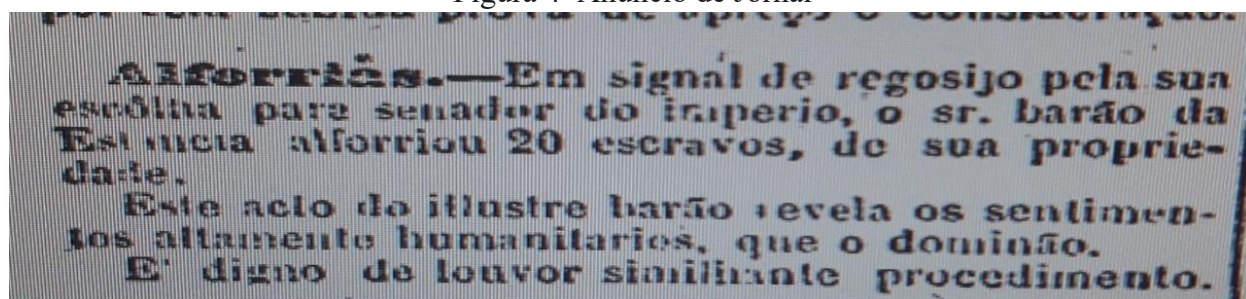
Figura 3- Anúncio de Jornal



Fonte: Jornal O Expectador 3 de janeiro de 1861

Por outro lado, os anúncios de alforria (Figura 4), embora menos frequentes, indicam os caminhos, por vezes tortuosos, para a obtenção da liberdade. A análise desses anúncios permitirá investigar as diferentes modalidades de alforria (graciosa, condicional, por compra, por serviços prestados) e o papel de eventos sociais e comemorativos nesse processo, como a alforria de 20 escravos pelo Barão da Villa Franca em sinal de regozijo por sua escolha para senador.

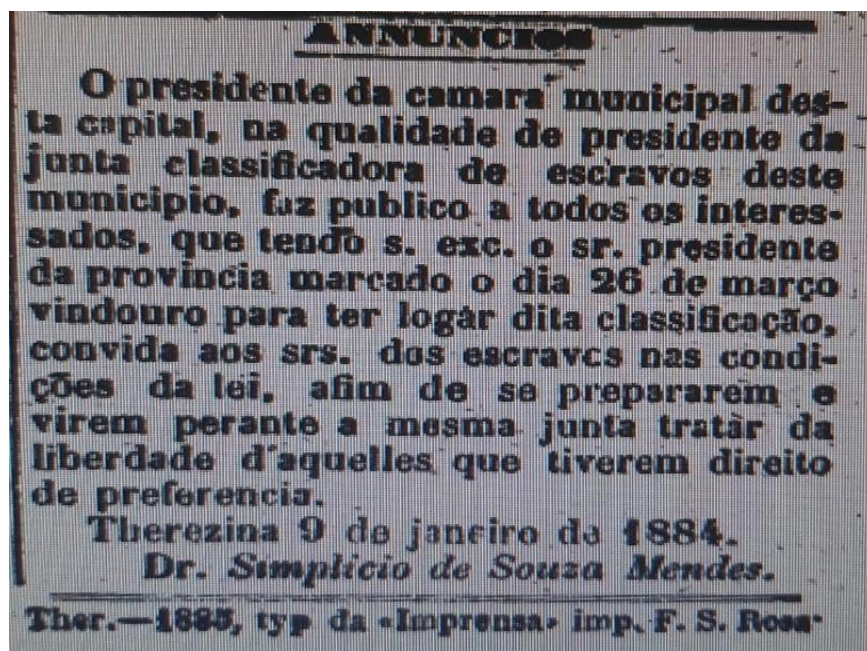
Figura 4- Anúncio de Jornal



Fonte: Jornal da época

Além dos jornais, outros documentos oficiais são fundamentais para esta pesquisa. As Listas de Classificação de Escravos, elaboradas em cumprimento à Lei do Ventre Livre (1871), são de particular importância. O projeto original menciona a análise de dados provenientes dessas listas (1874-1877), que registravam informações como nome, sexo, idade, cor, estado civil, profissão e valor do escravizado, além do nome do proprietário. Esses documentos permitem uma análise quantitativa e qualitativa da população escrava em Teresina, seu perfil demográfico, sua distribuição por atividades laborais e sua concentração em determinadas áreas da cidade ou em posse de certos senhores. A Figura 5 do projeto, um anúncio do Presidente da Câmara Municipal convocando para a classificação de escravos em 1884, ilustra a continuidade desse processo.

Figura 5- Anúncio de Jornal



Fonte: Jornal A Imprensa

O Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) é o principal repositório para a maior parte dos documentos oficiais mencionados. A consulta a esse acervo foi fundamental. No entanto, a pesquisa em arquivos históricos frequentemente enfrenta desafios, como a organização do acervo, o estado de conservação dos documentos e a necessidade de paleografia para decifrar manuscritos antigos. Estar ciente desses potenciais dificuldades é parte do processo de pesquisa. O projeto

original menciona o uso do APPI para colher material como livros, censos e dados, o que reforça sua centralidade.

A análise das fontes primárias foi constantemente informada e enriquecida pelo diálogo com a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil e, especificamente, no Piauí e em Teresina. Obras de autores como os citados no Capítulo 1 (Monsenhor Chaves, Tanya Brandão, Miridan Falci, Sidney Chalhoub, Gilberto Freyre, Jacob Gorender, Mairton Celestino, entre outros) forneceram o embasamento teórico, conceitual e comparativo necessário para interpretar os dados coletados.

A revisão bibliográfica não se limitou a uma etapa inicial da pesquisa, mas um processo contínuo, buscando identificar novos estudos, diferentes abordagens e debates historiográficos relevantes para o tema. O objetivo é situar a pesquisa sobre o cotidiano escravo em Teresina dentro de um campo mais amplo de conhecimento, contribuindo para ele e, ao mesmo tempo, aprendendo com ele.

A coleta de dados envolveu a busca sistemática e a reprodução (fotográfica e por transcrição) dos documentos relevantes nas instituições de guarda. Para os jornais, foi realizada uma varredura dos exemplares disponíveis para o período de 1850 a 1888, com foco nas seções de anúncios, notícias locais e editoriais que possam conter informações sobre a escravidão.

A análise documental seguiu os preceitos da crítica histórica, que envolve a crítica externa (verificação da autenticidade e procedência do documento) e a crítica interna (interpretação do conteúdo, considerando o contexto de produção, as intenções do autor, os silêncios e as informações implícitas).

Para os anúncios de jornais, por exemplo, foi desenvolvida uma ficha de coleta de dados para registrar informações padronizadas (data, nome do jornal, tipo de anúncio, nome do escravizado, nome do senhor, características descritas etc.), o que facilitou a análise comparativa e a identificação de padrões. As informações qualitativas, como as descrições detalhadas e as narrativas implícitas, foram analisadas buscando compreender as representações sociais e as dinâmicas da escravidão.

Os dados das Listas de Classificação de Escravos e de outros documentos seriais foram, tabulados e analisados estatisticamente para traçar um perfil da população escrava. No entanto, a ênfase permanecerá na análise qualitativa, buscando cruzar informações de diferentes fontes para construir uma narrativa densa e multifacetada do cotidiano escravo.

Para aprofundar a compreensão sobre os reflexos contemporâneos da escravidão e suas permanências na sociedade teresinense, foi realizada uma pesquisa de campo nas listas de escravos do Arquivo Público do Piauí onde conseguimos a transcrição de 5 listas totalizando 56 participantes, cujos dados revelam aspectos significativos sobre a composição social, econômica e cultural da população local. Esses dados, embora atuais, dialogam diretamente com os objetivos desta pesquisa ao evidenciar traços históricos que ainda moldam a realidade de muitos descendentes de pessoas escravizadas.

A análise por gênero mostra uma predominância masculina (73,21%), o que pode refletir a maior presença de homens em atividades laborais historicamente associadas à força física, como a agricultura e a construção civil — setores que, no período escravocrata, também concentravam grande parte da mão de obra escravizada. Já as mulheres, representando 26,79%, continuam a ocupar funções tradicionalmente ligadas ao trabalho doméstico, como indica a presença significativa de trabalhadoras domésticas (13 no total).

No que se refere à raça/cor, os dados revelam que 58,93% eram identificados como pretos e 41,07% como pardos. Essa predominância de pessoas negras e pardas reforça a herança da população escravizada na formação social de Teresina, especialmente considerando que a cidade foi construída com a força de trabalho de negros escravizados. A presença majoritária de pessoas negras na amostra também evidencia a permanência de desigualdades raciais, uma vez que muitos ainda ocupam posições de trabalho informal ou de baixa remuneração.

A faixa etária predominante é de 60 anos ou mais (77,08%), o que pode indicar uma população envelhecida que, em muitos casos, ainda depende de atividades laborais para sua subsistência.

Quanto à profissão, destaca-se o número de agricultores (26), seguido por trabalhadoras domésticas (13). Essa distribuição profissional remete diretamente às ocupações exercidas pelos escravizados no século XIX, onde a maioria trabalhava na agricultura ou em serviços domésticos.

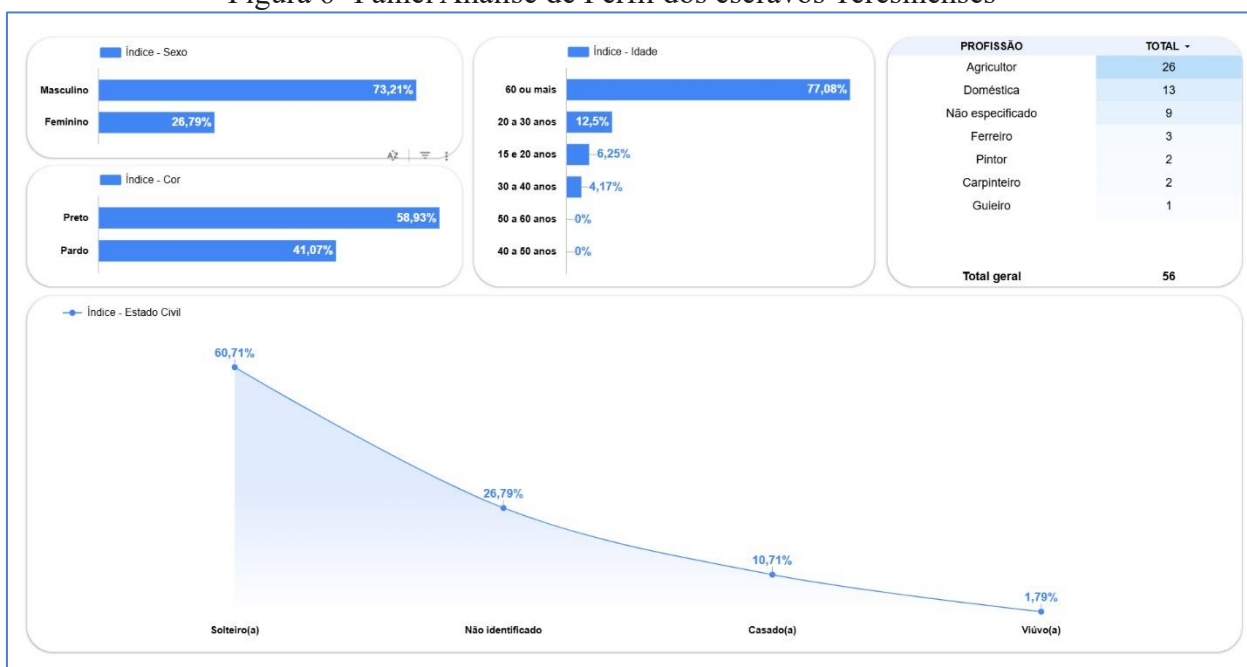


A permanência dessas ocupações entre os descendentes dos escravizados evidencia a continuidade de um ciclo de exclusão social e econômica.

Por fim, os dados sobre o estado civil mostram que 60,71% dos entrevistados são solteiros, o que pode estar relacionado a fatores socioeconômicos que dificultam a formação de núcleos familiares estáveis, como a instabilidade financeira.

Esses dados, portanto, não apenas complementam a análise histórica proposta neste trabalho, mas também demonstram como os efeitos da escravidão ainda se fazem presentes na estrutura social de Teresina.

Figura 6- Painei Análise de Perfil dos escravos Teresinenses



Fonte: Elaboração Própria

Toda pesquisa histórica enfrenta limitações, e é importante reconhecê-las. A principal limitação reside na natureza das fontes disponíveis. Em sua maioria, os documentos foram produzidos por membros da elite letrada, por autoridades ou por senhores de escravos, o que significa que a voz do próprio escravizado é frequentemente mediada ou ausente. Tentar "ouvir o que diz o silêncio dessa parte da população que não tinha voz nem vez", como expresso no projeto, é um dos grandes desafios.

Outras limitações podem incluir a fragmentação ou a perda de documentos, dificuldades de acesso a determinados acervos e as próprias limitações de tempo e recursos do pesquisador. No entanto, ao adotar uma postura crítica em relação às fontes e ao cruzar diferentes tipos de informação, busca-se minimizar essas limitações e oferecer uma análise consistente e bem fundamentada do cotidiano dos escravizados em Teresina. A pesquisa de campo mencionada no projeto original, que resultou na transcrição de 5 listas de escravos, já demonstra um esforço para superar algumas dessas barreiras, embora a análise desses dados precise ser cuidadosamente articulada com o foco histórico da monografia.

### **CAPÍTULO 3: O TRABALHO ESCRAVO EM TERESINA: SUSTENTÁCULO DA NOVA CAPITAL**

A transferência da capital da Província do Piauí para Teresina em 1852 impulsionou um intenso processo de construção e urbanização. Nesse cenário, a mão de obra escrava emergiu como o principal sustentáculo para a edificação da nova cidade e para a manutenção de suas atividades cotidianas. Este capítulo se dedica a investigar as múltiplas facetas do trabalho escravo em Teresina, analisando a diversidade de ocupações, as condições laborais e o impacto dessas atividades na vida dos cativos. Longe de constituir uma massa homogênea de trabalhadores, os escravizados em Teresina desempenharam uma vasta gama de funções, adaptando-se às necessidades de um centro urbano em formação e, ao mesmo tempo, buscando brechas para a sobrevivência e a negociação dentro do sistema.

A escravidão urbana, em contraste com a escravidão rural predominante nas grandes plantations, caracterizava-se por uma maior diversidade de ocupações e por uma interação mais intensa dos cativos com o restante da sociedade. Em Teresina, essa diversidade se manifestou de forma clara, com escravizados atuando em setores que iam desde o trabalho pesado na construção civil até os serviços domésticos mais íntimos e os ofícios especializados.

A tarefa primordial na Teresina recém-fundada era, literalmente, erguer a cidade. A construção de edifícios públicos – como o Palácio do Governo, igrejas (a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, cuja construção se iniciou nesse período), o Arsenal de Guerra, quartéis, mercados – e de residências para a crescente população demandou um contingente expressivo de trabalhadores. Os escravizados foram a principal força motriz dessas obras, encarregados das tarefas mais árduas e perigosas.

Mairton Celestino da Silva (2008), destaca que os escravos eram "Responsáveis pelo carregamento de pedras e madeiras para as construções de prédios e residências da cidade". Esse trabalho envolvia a extração de materiais brutos, como pedras das margens dos rios Poti e Parnaíba, o transporte desses materiais em condições precárias – muitas vezes em carros de boi ou sobre os próprios ombros dos cativos – e a sua utilização nas edificações. Além do transporte, atuavam como pedreiros, ajudantes de pedreiro, carpinteiros e em outras funções ligadas à construção.

O governo provincial frequentemente requisitava escravos de proprietários particulares ou utilizava os chamados "escravos da Nação" (pertencentes ao Estado) para a realização dessas obras públicas. A dureza desse tipo de trabalho, somada à má alimentação e às condições insalubres, certamente contribuía para um alto índice de desgaste físico e mortalidade entre esses trabalhadores. A paisagem urbana de Teresina, que começava a tomar forma, era, em grande medida, fruto do suor e do sofrimento anônimo de centenas de homens e mulheres escravizados.

Embora Teresina estivesse se configurando como um centro urbano, a agricultura mantinha um papel crucial, tanto para a subsistência da população local quanto como atividade econômica para muitos proprietários. As listas de classificação de escravos de Teresina para o período de 1874-1877, citadas no projeto de pesquisa e analisadas por autores como Miridan Falci (1995) e A. Silva (2003), revelam uma predominância de escravizados classificados como agricultores (65,2%). Esse dado sugere que, mesmo na capital, muitos cativos viviam e trabalhavam em chácaras, sítios e roçados localizados nos arredores da área urbana central ou mesmo em terrenos dentro do perímetro urbano que ainda não haviam sido totalmente ocupados por edificações.

Esses escravizados cultivavam uma variedade de produtos, como milho, feijão, mandioca, algodão e hortaliças, destinados tanto ao consumo dos seus senhores e de suas famílias quanto, possivelmente, à comercialização no incipiente mercado local. O trabalho agrícola, embora talvez menos intenso em termos de vigilância direta do que nas grandes plantations, seguia sendo extenuante, sujeito às intempéries e com jornadas de trabalho que se estendiam de sol a sol.

Uma particularidade mencionada por Mairton Silva (2008) era a estratégia do poder público de disponibilizar terras para que os escravizados que trabalhavam nas obras da capital pudessem cultivar suas próprias roças. Essa medida, aparentemente um "benefício", visava garantir um complemento alimentar para esses trabalhadores – e, por extensão, reduzir os custos de manutenção para o Estado ou para os senhores – e, ao mesmo tempo, fixá-los na cidade, dificultando fugas. No entanto, isso frequentemente resultava em uma dupla jornada de trabalho para os cativos, que, após um dia exaustivo nas construções, ainda precisavam dedicar tempo e energia ao cultivo de suas roças para garantir a própria sobrevivência e a de suas famílias.

No interior das residências da elite teresinense, um exército de escravizados domésticos era responsável por garantir o conforto e o funcionamento dos lares. As mulheres escravizadas, em



particular, eram majoritariamente empregadas nessas funções, atuando como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, amas de leite, mucamas (acompanhantes pessoais das sinhás e sinhasinhas) e faxineiras. Os homens também podiam ser encontrados em serviços domésticos, como copeiros, cocheiros, jardineiros ou "moleques de recado".

A escravidão doméstica, embora por vezes idealizada por autores como Gilberto Freyre (2006) como um espaço de maior proximidade e até de certa "integração" do escravo à família senhorial – as chamadas "pessoas da casa" –, era marcada por uma vigilância constante, pela ausência de privacidade e por uma sujeição direta e contínua à vontade e aos humores dos senhores e de todos os membros da família. As jornadas de trabalho eram frequentemente ilimitadas, estendendo-se da madrugada até tarde da noite, sem dias de descanso definidos.

Mairton Silva (2008), citado no projeto, menciona que as mulheres negras e escravas "também tinham seus afazeres suas vidas não chegavam a ser menos cansativa que as dos homens escravizados negros pois também jornadas por vezes duplas na casa do seu senhor fazendo o serviço doméstico além de irem lavar as roupas dos mesmos nas margens do Poti ou Parnaíba". Essa imagem das lavadeiras nas margens dos rios era comum nas cidades brasileiras do século XIX e evidencia tanto a dureza do trabalho quanto a visibilidade de certas atividades femininas no espaço público.

Além da exploração do trabalho, os escravos domésticos, especialmente as mulheres jovens, estavam frequentemente expostos ao assédio e à violência sexual por parte dos senhores e de seus filhos, uma das facetas mais brutais e silenciadas da escravidão.

O ambiente urbano de Teresina, com suas demandas crescentes por bens e serviços, também abria espaço para a atuação de escravizados em diversos ofícios e atividades especializadas. As listas de classificação de escravos indicam a presença de um percentual de cativos empregados em "ofícios" (13,7% no período 1874-1877). Esses poderiam incluir pedreiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, entre outros. A posse de um escravo com uma habilidade específica era vantajosa para o senhor, que podia utilizar seus serviços diretamente ou alugá-los, gerando uma fonte de renda.

Muitos desses escravos artesãos possuíam um conhecimento técnico valioso e, por vezes, gozavam de uma relativa autonomia em seu trabalho, especialmente se fossem autorizados a trabalhar "ao ganho" (ver seção seguinte). No entanto, mesmo os escravos de ofício estavam sujeitos à exploração e não tinham controle sobre os frutos de seu trabalho.

Outras atividades comuns para escravizados no meio urbano incluíam o trabalho como carregadores de mercadorias no porto fluvial (que começava a se desenvolver com a navegação a vapor no Parnaíba), o transporte de água das fontes públicas ou dos rios para as residências, e a venda de produtos nas ruas. Escravas quituteiras, por exemplo, eram figuras comuns nas cidades brasileiras, vendendo doces, salgados e outras iguarias, e muitas vezes conseguindo acumular um pecúlio que poderia ser usado para a compra da alforria.

Uma característica marcante da escravidão urbana era a existência dos chamados "escravos de ganho" ou "escravos ao ganho". Nessa modalidade, o senhor permitia que o cativo trabalhasse por conta própria na cidade, exercendo um ofício, vendendo mercadorias ou prestando serviços, com a obrigação de entregar uma quantia fixa (a "jorna" ou "diária") ao proprietário em intervalos regulares (diária, semanal ou mensalmente). O excedente, se houvesse, poderia ser guardado pelo escravizado, constituindo seu pecúlio.

Essa prática oferecia vantagens para ambas as partes, embora de forma desigual. Para o senhor, era uma forma de obter renda sem a necessidade de supervisionar diretamente o trabalho do cativo ou de arcar com seus custos de manutenção. Para o escravo "de ganho", essa modalidade representava uma maior autonomia de movimento, a possibilidade de administrar seu próprio tempo (dentro de certos limites) e, crucialmente, a chance de acumular dinheiro para comprar sua liberdade ou a de seus familiares. Historiadores como João José Reis (1988) e Mary Karasch (2000) exploraram detalhadamente a vida dos escravos de ganho em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, mostrando como essa prática abria brechas no sistema escravista.

Em Teresina, é provável que essa modalidade também existisse, especialmente entre os escravos com ofícios ou aqueles envolvidos no pequeno comércio. No entanto, essa "autonomia" era sempre vigiada e precária, podendo ser revogada a qualquer momento pelo senhor.

Outra forma comum de exploração do trabalho escravo urbano era o aluguel de escravos. Senhores que possuíam mais cativos do que necessitavam para uso próprio, ou aqueles que viam no aluguel uma fonte de renda mais estável, cediam os "serviços" de seus escravos a terceiros mediante pagamento. Os jornais da época em Teresina, como "A Pátria" (Figura 3 do projeto, anúncio de 5 de agosto de 1870), traziam anúncios como: "ALLUGA-SE. Para servirem em casa de família, alugam-se duas escravas moças, sadias e sem vícios, vizinhas do sertão a pouco tempo. Quem as pretender dirija-se à rua Paysandú nº 17". Esses anúncios revelam a demanda por trabalho escravo doméstico e a forma como os cativos eram transacionados como mera força de trabalho. O aluguel podia ser por períodos curtos ou longos, e as condições de trabalho e tratamento variavam conforme o locatário.

Independentemente da ocupação específica, a vida laboral dos escravizados em Teresina era marcada pela exploração intensa e por condições frequentemente desumanas. As jornadas de trabalho eram, em geral, excessivamente longas, começando antes do nascer do sol e terminando tarde da noite, com poucas ou nenhuma pausa para descanso. A alimentação era frequentemente inadequada e insuficiente, baseada em produtos de baixo custo como farinha de mandioca, feijão e carne seca, quando disponível.

A questão da dupla jornada, já mencionada em relação aos escravos que trabalhavam nas obras públicas e ainda cultivavam suas próprias roças, era uma realidade para muitos. Escravas domésticas, por exemplo, além de suas infindáveis tarefas na casa senhorial, muitas vezes precisavam encontrar tempo para cuidar de seus próprios filhos e de seus pequenos afazeres. Aqueles que trabalhavam "ao ganho" tinham a pressão constante de conseguir a quantia exigida pelo senhor, o que podia levá-los a trabalhar por horas ainda mais extenuantes.

As condições de moradia também eram precárias. Embora a senzala clássica das grandes fazendas não fosse a norma no ambiente urbano, os escravizados geralmente habitavam em cômodos insalubres nos fundos das casas senhoriais, em porões ou em pequenas choupanas, com pouca ventilação, higiene deficiente e superlotação. Essas condições contribuíam para a proliferação de doenças e para uma baixa expectativa de vida.

A violência física era uma ferramenta constante para garantir a submissão e a produtividade. Castigos corporais, como o açoitamento com chicote, palmatória ou bacalhau, eram

comuns e aplicados por qualquer motivo, desde a lentidão no trabalho até suspeitas de furto ou insubordinação. Os anúncios de fuga frequentemente mencionavam marcas de castigos anteriores nos corpos dos fugitivos, testemunhos silenciosos da brutalidade do sistema.

O trabalho excessivo, a má alimentação, as péssimas condições de higiene e moradia, e a violência física e psicológica tinham um impacto devastador na saúde e na expectativa de vida dos escravizados. Doenças como tuberculose, varíola, febres diversas, verminoses e problemas gastrointestinais eram comuns e frequentemente fatais, dada a ausência de assistência médica adequada.

Acidentes de trabalho, especialmente nas atividades de construção civil e no manejo de animais, também eram frequentes e podiam resultar em mutilações permanentes ou morte. Os escravos idosos ou doentes, quando não mais capazes de produzir, eram muitas vezes abandonados à própria sorte ou vendidos por preços irrisórios, como descreve Chaves (1988, p. 190) para o período colonial, uma prática que certamente persistiu no século XIX.

A alta mortalidade infantil entre a população escrava era outra triste realidade, resultado das más condições de saúde das mães, da falta de cuidados pré e pós-natais e das doenças que afligiam as crianças. Apesar disso, os escravizados buscavam construir laços familiares e comunitários, como será explorado no próximo capítulo, como forma de resistir à desumanização imposta pelo sistema e de encontrar algum alento em meio a uma existência marcada pelo trabalho árduo e pelo sofrimento.

O trabalho, portanto, era o eixo central da vida do escravizado em Teresina, definindo seu tempo, seu espaço, suas relações e suas chances de sobrevivência. No entanto, como veremos adiante, mesmo imersos nessa rotina de exploração, os cativos não foram meros autômatos, mas sujeitos que, de diversas formas, buscaram intervir em seu destino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia, buscamos desvelar as múltiplas facetas do cotidiano dos indivíduos escravizados na cidade de Teresina, capital da Província do Piauí, durante o período compreendido entre 1850 e 1888. Partindo de uma contextualização da escravidão no Brasil e no Piauí, e dialogando com a historiografia pertinente, mergulhamos nas especificidades da experiência escrava em um centro urbano em formação, utilizando fontes primárias como jornais da época e listas de classificação de escravos para reconstruir, ainda que parcialmente, as vivências desses sujeitos históricos.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o dia a dia dos escravizados em Teresina, investigando suas condições de vida, formas de trabalho, relações sociais e estratégias de resistência. Acreditamos que os capítulos precedentes ofereceram contribuições significativas para o alcance desse objetivo.

Identificamos que o trabalho escravo em Teresina foi fundamental para a construção e o desenvolvimento da nova capital. Os cativos foram empregados em uma diversidade de funções: desde o árduo labor na construção civil e obras públicas, passando pelo trabalho agrícola nos arredores da cidade (muitas vezes em dupla jornada), até os serviços domésticos no interior das residências senhoriais e a atuação em diversos ofícios urbanos, como artesãos, carregadores e vendedores. A existência de escravos "de ganho" e de aluguel também foi evidenciada como uma característica da escravidão urbana local, revelando tanto a flexibilidade da exploração quanto as brechas para uma autonomia vigiada. As condições de trabalho eram invariavelmente duras, com longas jornadas, má alimentação e moradia precária, impactando severamente a saúde e a expectativa de vida dos cativos.

No que tange à vida social e cultural, constatamos que, apesar da opressão, os escravizados em Teresina construíram espaços de sociabilidade, como a Freguesia das Dores, e mantiveram vivas manifestações culturais como a música e a dança, notadamente o batuque, que funcionavam como formas de expressão, coesão e alívio. Os laços familiares e comunitários, incluindo o compadrio, foram cruciais para a sobrevivência e a transmissão de valores. A religiosidade sincrética também se mostrou um elemento importante da identidade e da resistência cultural.

As formas de resistência foram múltiplas, variando desde as fugas individuais e coletivas, dramaticamente registradas nos anúncios de jornais, até as pequenas transgressões cotidianas, negociações e confrontos velados. O silêncio também foi ponderado como uma possível estratégia de resistência. Todo esse universo de vivências ocorria sob um forte aparato de controle social e repressão, exercido tanto pelos senhores quanto pelas autoridades policiais e municipais, que buscavam coibir qualquer ameaça à ordem escravista.

Finalmente, analisamos o processo abolicionista em Teresina, observando o impacto das leis emancipacionistas nacionais (*Ventre Livre* e *Sexagenários*), as possíveis manifestações do movimento abolicionista local e as diversas vias para a obtenção da alforria. A Lei Áurea, em 1888, selou o fim legal da escravidão, mas o "dia seguinte" revelou os enormes desafios enfrentados pelos recém-libertos para construir uma vida digna em uma sociedade ainda profundamente marcada pelas desigualdades raciais e pela exclusão.

A análise dos jornais da época, como "O Echo Liberal", "O Expectador", "A Pátria" e "A Imprensa", mostrou-se crucial para captar fragmentos desse cotidiano, desde a coisificação do escravo nos anúncios de venda e aluguel até os indícios de sua agência nas notícias de fugas e nas discussões sobre a abolição. As listas de classificação de escravos, por sua vez, ajudaram a traçar um perfil demográfico e ocupacional da população cativa na capital.

A escravidão, embora legalmente extinta há mais de um século, deixou marcas profundas e duradouras na sociedade brasileira, e em Teresina não foi diferente. As desigualdades sociais e raciais que ainda hoje observamos são, em grande medida, heranças diretas desse passado de opressão. A população negra, descendente dos africanos escravizados que tanto contribuíram para a construção da cidade e do país, continua enfrentando o racismo estrutural, a discriminação e a dificuldade de acesso a oportunidades em diversas áreas.

A reflexão sobre o cotidiano escravo em Teresina no século XIX não é, portanto, um mero exercício acadêmico sobre um passado distante. É, antes de tudo, uma forma de compreender as raízes históricas das injustiças que persistem no presente e de reafirmar a necessidade de políticas públicas e de uma transformação social que promovam a equidade racial e a justiça social. Como mencionado na introdução, a perplexidade diante de casos contemporâneos de trabalho análogo à escravidão, inclusive na própria Teresina, reforça a urgência de se revisitar e compreender

criticamente o passado escravista para que tais atrocidades não se repitam e para que a "sociedade decente" almejada por Avishai Margalit (1996), onde os sujeitos não se humilham, possa se tornar uma realidade.

A memória da escravidão e da resistência negra precisa ser valorizada e incorporada à narrativa oficial da história de Teresina e do Piauí, reconhecendo o protagonismo e as contribuições fundamentais dos africanos e seus descendentes na formação da identidade local.

Esta monografia buscou contribuir para os estudos sobre a escravidão urbana no Piauí, com um foco específico na capital, Teresina, durante um período crucial de sua formação. Ao analisar o cotidiano dos escravizados, procurou-se dar visibilidade às suas experiências, destacando não apenas a exploração a que foram submetidos, mas também sua capacidade de agência, sua riqueza cultural e suas estratégias de sobrevivência e resistência. A utilização de fontes primárias locais, especialmente os jornais, permitiu um olhar mais próximo sobre as dinâmicas da escravidão na cidade.

Reconhecemos, contudo, as limitações inerentes a este estudo. A principal delas reside na natureza das fontes, que, em sua maioria, refletem a perspectiva da elite senhorial e das autoridades. A voz do escravizado, como mencionado anteriormente, é muitas vezes mediada ou silenciada, exigindo um esforço interpretativo constante para "ler nas entrelinhas". A fragmentação e a dispersão de algumas fontes documentais também podem ter limitado o alcance de certas análises.

Em suma, o estudo do cotidiano dos escravizados em Teresina revela uma história de dor e exploração, mas também de imensa resiliência, criatividade e luta pela dignidade. Resgatar essa história é um dever para com aqueles que foram silenciados e uma ferramenta essencial para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Que este trabalho sirva de estímulo para que novas vozes e novas pesquisas continuem a iluminar os caminhos e descaminhos da experiência negra no Piauí.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Castro. O navio negreiro. São Paulo: Panda Books, 2014.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRANDÃO, Tanya. O escravo na formação social do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1999. Disponível em <https://search.worldcat.org/de/title/escravo-na-formacao-social-do-piaui-perspectiva-historica-do-seculo-xviii/oclc/48669073>

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987. *(Nota: Adicionado como exemplo de autor da “nova história da escravidão”, caso seja pertinente à sua discussão específica).*

CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, Campinas, v. 16, n. 28/29, p. 11-50, 2009.

CHAVES, Joaquim. A escravidão no Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim. A escravidão no Piauí e Obras completas. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1988.

CHAVES, Joaquim. Cadernos Históricos. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

CHAVES, Joaquim. Como nasceu Teresina. 2. ed. Teresina: PMT/Fundação Cultural Mons. Chaves, 1987.

FALCI, Miridan. Escravos do Sertão: Demografia trabalho e relações sociais: Piauí 1826-1888. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995.

FILHO, Alcebíades. A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.



FILHO, Arimatéia. Crônica da cidade amada. Teresina: COMEPI, 1977.

FILHO, José. De Saraiva a Heráclito: Pesquisa sobre a história de Teresina.

FREIRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. *(Nota: O projeto cita “A escravidão reabilitada., 2018”. “O Escravismo Colonial” é sua obra mais conhecida sobre o tema. Verifique a referência exata).*

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNOX, Miridan. O Piauí na 1ª metade do século XIX. Teresina: Projeto Petrônio Portella/Fundação CEPRO, 1986.

LUCA, Tânia Regina de. A História nos Jornais: imprensa e divulgação científica (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Alameda, 2005.

MARGALIT, Avishai. A Sociedade Decente. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Moderna, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. *(Nota: Adicionada como exemplo de autora da “nova história da escravidão”).*

MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. *(Nota: O projeto cita Mott (2010), verificar a obra correta e o ano).*

NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. 4 vols. Rio de Janeiro: Arnenova, 1966/1975. *(Nota: O projeto cita Nunes (2007), verificar a obra correta e o ano).*

OLIVEIRA LIMA, Solimar. Trabalho e cotidiano escravo no Piauí oitocentista. Teresina: EDUFPI, 2005.

<https://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2018/11/0a12ecc05228c110cd4fb409c5c82b29e5b04b3d>.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, A. Escravidão na província do Piauí: A lista de classificação dos escravos (1874-1877). Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SILVA, Mairton Celestino. Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

### **Jornais Consultados:**

A IMPRENSA. Teresina-PI. (Anos consultados, 1884). Fig.5

A PÁTRIA. Teresina-PI. (Anos consultados, 1870). Fig.1

O ECHO LIBERAL. Teresina-PI. (Anos consultados, 1852). Fig.2

O EXPECTADOR. Teresina-PI. (Anos consultados, 1861). Fig.3

À ÉPOCA. Teresina-PI. (Anos consultados, 1886). Fig.4